

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E DOIS DE JUNHO DE
DOIS MIL E NOVE**

-----Aos vinte e dois dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM – Exposição do Sr. Presidente da Câmara;** -----

-----**DOIS – Pedido de Aprovação da 7.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2009 (que se traduz na 3.ª Revisão ao Orçamento da Receita).** -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Srs. Deputados: Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Telmo Augusto Sobreira Pinto. Faltaram ainda por motivo injustificado os Srs. Deputados Joaquim Júlio da Veiga e Fernanda Salomé Monteiro Vilela. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia trinta de Abril de dois mil e nove e abre Período de Inscrições. Não havendo inscrições a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por unanimidade com 33 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** informa que tem em sua posse um documento relacionado com a constituição do Conselho da Comunidade dos agrupamentos dos Centros de Saúde, dos CES

do Marão e Douro Norte, englobando oito Centros de Saúde: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real. Indica que há um Decreto – Lei agora publicado que designa o chamado “Conselho da Comunidade”, que vai ter uma representação da Assembleia Municipal. Esclarece que este documento não foi incluído na Ordem do Dia porque chegou atrasado e sendo esta a penúltima Assembleia Municipal, partindo do pressuposto que a próxima constituição da Assembleia Municipal será diferente, indica que poderá nem ser lógico indicarem um nome no presente grupo de Deputados, pois a partir de Outubro será constituído um novo elenco da Assembleia Municipal. No entanto, irá informar-se, no âmbito da ex Administração Regional de Saúde de Vila Real, de forma a saber se tem que ser indicado na última Assembleia Municipal ou se terão que esperar pela instalação da próxima Assembleia Municipal. Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, abrindo Período de Inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Refere que deixou uma carta ao Sr. Presidente da Câmara, da qual foi portador em 30 de Abril, ficando o mesmo de enviar os serviços competentes, no entanto ainda não recebeu nenhuma solução, continuando as pessoas da sua aldeia a perguntar por respostas. Indica ainda que nas últimas eleições, apesar de ouvir falar em participação eleitoral, simplex ou até mesmo no cartão único, a sua esposa activou o referido cartão a 12 de Março, mas o seu nome não constava do caderno eleitoral, tendo obtido como resposta da Comissão Nacional de Eleições, que existiam cerca de seis mil casos idênticos e na Mesa de Voto devia existir um aparelho para ler o chip. A Presidente da Mesa de Voto não tinha conhecimento da situação, tendo ainda intervindo o Sr. Presidente de Junta de Freguesia. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que nunca pensou ter de pronunciar-se sobre um assunto tão banal, como esta incidência referida pelo Sr. Deputado António Lousa, dado que há cerca de seis mil pessoas em situação idêntica ao longo do País. Indica ainda que são prontos, prestáveis, dedicados, fazendo tudo pelos munícipes, no entanto não poderia adivinhar a indisposição do referido Sr. Deputado. Refere que o Sr. Deputado, como tal, não deveria ter tido a atitude “lamentável” que teve quando tomou conhecimento que a sua esposa não poderia exercer o direito de voto. Quanto á intervenção do Sr. Presidente de Junta, também lamenta que o Sr.

Deputado desconheça que este assegura toda a logística da Mesa de Voto. Informa o Sr. Deputado que se encontrava presente numa dupla função: enquanto Presidente de Junta e Delegado do partido. Frisa que deveria ser do conhecimento do Sr. Deputado que quando alguém não consta nos cadernos eleitorais, não pode votar e enquanto Delegado também não permitiria que o fizesse. Esclarece que com o cartão único, o recenseamento é automático, não passa pela Junta de Freguesia, não permitindo que o Sr. Deputado possa insinuar que tal sucedeu por ser a sua esposa, no entanto a mudança de residência pode ter sido efectuada após os sessenta dias. Esclarece ainda que é um prazer que a mesma exerça o direito de voto na sua Freguesia porque é mais uma votante. Indica que o verdadeiro *simplex* é o excelente trabalho executado pelo Gabinete de Desenvolvimento Local no que concerne ao registo dos recursos hídricos, ajudando as pessoas, orientando-as, tendo organizado trezentos e vinte processos. Dá os parabéns ao referido gabinete, pois enquanto instituições de proximidade, Juntas de Freguesia e Câmara, são para ajudar pessoas. Informa que a primeira ZIF da região (Alijó - norte), é já uma instituição de pleno direito para poder exercer direito de candidatura a verbas vindas da Comunidade Europeia ou do Estado. Informa ainda que no passado sábado foi assinado um protocolo entre a ZIF de Alijó, núcleo de fundadores composto pela Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, a Comissão de Baldios de Francelos e a Junta de Freguesia de Vila Chã, estando na disposição de que para lás das candidaturas, tentar conseguir uma equipa de sapadores só para a ZIF. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Refere que espera há mais de um mês para ser recebido pelo Sr. Presidente da Câmara, apesar de se dirigir semanalmente à D. Leonor, na tentativa de marcar uma reunião. Questiona se está ou não alguma instalação da rede eléctrica para o Amieiro; qual o ponto de situação da fossa e do muro do largo da festa do Amieiro. Indica que começaram já a colocar as lombas na estrada entre Safres e Amieiro, agradecendo; pretende ainda saber como está a situação do TEER. Indica ainda que por lapso não limparam os plátanos na Rua Dr. José Bulas Cruz, mais concretamente dentro do espaço da escola, estando a danificar os fios dos telefones o que originou já alguns problemas. Solicita ao Sr. Presidente que tome as devidas providências. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Dá um elogio especial aos Srs. Presidentes de Junta pelo trabalho desenvolvido nas suas freguesias. Esta será a penúltima sessão da Assembleia Municipal, pretendendo deixar uma palavra de apoio a todos aqueles que participam na raiz da Democracia e seja quem for que venha como Presidente da Câmara ou como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, exterioriza e parabeniza todos aqueles que fazem da Democracia uma escola que começa nas Juntas de Freguesia, na Câmara e todos conduz até à Democracia Portuguesa e à Democracia Europeia, esperando que dê bons e frutíferos resultados futuramente. Aos Srs. Presidentes de Junta que se esforçaram dá os parabéns, não o fazendo de ânimo livre, criticando também aqueles que tendo na sua Freguesia várias aldeias, olharam apenas pela sede da sua freguesia, esquecendo as demais. No entanto, todos necessitam do mesmo apoio, da mesma solidariedade para que se façam coisas bonitas, como têm sido feitas no Concelho e pelas quais parabeniza o actual Executivo. Dá também os parabéns ao actual Executivo pelo que fez e por aquilo que tentou fazer e ainda não conseguiu, com dificuldades ou sem elas, concordando ou não, com o ritmo e a oportunidade, não pode ser escamoteado que efectivamente o Concelho frutificou durante os últimos anos, estando mais bonita a sede do Concelho, Vilar de Maçada, Sanfins do Douro, Pinhão, Vila Verde, Pópulo, estando todos de parabéns, independentemente das diferentes ideologias políticas. Os que foram esquecidos no “quadro de arranque” para um progresso e bonito futuro, também deveriam ser lembrados, no entanto é natural, porque há freguesias dispersas. Refere ainda que os “tostões” devem ser distribuídos originando um crescimento harmonioso, levando ao enraizamento e evitando a desertificação, solicitando que este seja um factor que os próximos governantes tenham em consideração. Finaliza frisando que todos estão de parabéns e a Democracia faz-se pela diferença. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Inicia a sua intervenção focando os processos eleitorais, esclarecendo que das variadas vezes que esteve em Mesas de Voto, os Delegados não tinham poder para se sobreporem aos elementos da Mesa; os Delegados podem, se forem consultados, dar opinião e se não estiverem de acordo, fazer o protesto, sendo analisado por alguém de direito e aplicando as respectivas sanções se necessário; o Delegado não pode imiscuir-se no trabalho da Mesa, conforme o Sr. Deputado António Fernandes deixou transparecer na sua

intervenção. Refere que há um consenso alargado na Assembleia Municipal relativamente ao aeródromo da Chã e sua importância, questão que está plenamente ultrapassada, no entanto o aeródromo voltou à ordem do dia por causa de algumas notícias publicadas em jornais, podendo algumas não ser “muito verdade”. Questiona o Sr. Presidente da Câmara se o estaleiro da Mota-Engil vai ser colocado em parte do aeródromo ou em terreno fora do mesmo; se é verdade que o protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Mota-Engil refere como contrapartida de ocupação do terreno, a movimentação de pedras por uma extensão de quatrocentos metros e não qualquer tipo de pavimentação como está expresso numa notícia de jornal. Preocupa-o ainda se esta utilização dos terrenos anexos, se houve ocupação de alguma parcela de terreno da pista, significará o adiamento do processo por três anos, ocupação mínima que a Mota-Engil fará, a partir do protocolo estabelecido. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, introduzindo o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos “Exposição do Senhor Presidente da Câmara”*. -----

-----**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de de Abril (segunda quinzena), Maio e Junho (primeira quinzena) de 2009.**1 – Situação Financeira da Autarquia:** À data da presente informação, a Câmara de Alijó tem em dívida a fornecedores sensivelmente dez milhões de euros. Desta dívida, que engloba dívida corrente e dívida de investimento, a dívida a fornecedores de imobilizado (investimento) representa cerca de 80%. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento. No que respeita à dívida, o processo de saneamento financeiro, encontra-se aprovado, estando o Município em condições de liquidar as facturas, incluídas no plano de saneamento de acordo com a listagem apresentada em Assembleia Municipal em 9 de Fevereiro de 2009. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-

se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:**

a – Actividade cultural Biblioteca Municipal

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Abril*	4	84
Maio	10	244
Junho**	0	32

* A partir do dia 20 (inclusive)

** Até ao dia 8 (inclusive)

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Abril*	354
Maio	658
Junho**	63

* A partir do dia 20 (inclusive)

** Até ao dia 5 (inclusive)

Actividades Realizadas: “Quatro estações com palavras e música” Participação de 243 crianças; “Leitura em voz alta” Participação de 83 idosos. Frei Luís de Sousa, uma leitura cénica. Ateliê de Promoção do livro e da leitura, com a participação dos alunos do ensino Secundário de Alijó, com 17 Adolescentes. Acção de Formação “Como incentivar nas crianças o gosto pela leitura”- da responsabilidade do Dr. José Manuel Cruchinho, cujo o público alvo é Educadores

de Infância, Professores de 1º e 2º Ciclo, Bibliotecários, Animadores Sócio-Culturais, Pais e Encarregados de Educação. Participação de 30 pessoas. “A Árvore Livreira” Estimular a criança para a criação narrativa e as expressões oral e escrita. Pretende-se, que os alunos participem na construção de várias histórias colectivas através da associação de ideias, imagens, palavras, adivinhas. O livro deve permanecer como o centro de animação à leitura. Participação de alunos e professores do 1º ciclo da Escola do Pinhão

Auditório Municipal: Acções Pagas

Estatísticas

Abril		
Cinema	Revolutionary Road	59
Cinema	Hotel para Cães	67
Cinema	Watchman – os Guardiões	45
Cinema	Second Life	52
Cinema	O Leitor	61
Música	Da Revolução à Canção	49
Exposição	Na Pele do Rio – Óleos sobre a Poesia	
Maior		
Cinema	O Vrestler	35
Cinema	Monstros vs Aliens	37
Teatro	Não se Paga Não se Paga	112
Cinema	Gran Torino	66
Cinema	Quem Quer Ser Bilionário	52
Teatro	Ai Povo que os Pariu – Revista à Portuguesa	115

Acções Gratuitas

Estatísticas

Abril		
Acção de Informação	Acção de informação sobre o Programa Vortal	15
Palestra	Acção sobre as Profissões “Os Jovens Perguntam”	150
Teatro	Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor	510

Maio		
Apresentação	Apresentação do Livro-DVD do Projecto “Entre Nós”	110
Actividades para as Escolas	Encontro com o Escritor Alexandre Perafita	330
Homenagem	Homenagem ao Dr. José Abreu Fonseca	270
Cerimónia	Inauguração do Estúdio da Rádio Juventude Salesiana de Alijó	200

Espaço Internet: Abril: 1926 utilizadores; Média de idades: 19,9; Maio: 2169 utilizadores, Média de idades: 19,3; Junho: 783 utilizadores; Média de idades: 18,8; Utilização do Espaço Internet; Dia 26 de Maio - Grupo de formandos da NERVIR - 12 Formandos ; Espaço Internet ocupado de manhã e de tarde. Formação: “Internet para Todos” : Público-alvo – Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Alijó - 8 Formandos, Dias: 8, 15, 18, 22 e 24 de Junho - das 10:00h às 11:30 h. b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Aulas de Danças Latinas e Hip-hop dirigidas a todas as faixas etárias e para todos os amantes da dança e do movimento. Desta forma podemos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores com a intenção da formação de um clube de Hóquei em Patins. -Piscinas Municipais: Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Abril

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação (EFDM)	365
Escolas 1º ciclo	355
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	398

Lazer	206
Aeróbica	66
Hidroginástica	392
Clube de Natação Alijó	291
Boccia	17
Danças	-
Pilates	48
Ballet	14
PumPit	28
TOTAL	Entradas 2180

Maio

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação (EFDM)	350
Escolas 1º ciclo	505
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	434
Lazer	198
Aeróbica	118
Hidroginástica	338
Clube de Natação Alijó	228
Boccia	31
Danças	-
Pilates	26
Ballet	46
PumPit	23
TOTAL	Entradas 2297

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Abril

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	4373
EFDM	50

A. Marciais	34
Patinagem	33
Hóquei em Patins	73
Basquetebol	354
Futsal	115
TOTAL	Entradas 5032

Maio

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	6879
EFDM	40
A. Marciais	-
Patinagem	89
Hóquei em Patins	124
Basquetebol	501
Futsal	92
TOTAL	Entradas 7725

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade promover uma política de proximidade entre os Municípios e a Câmara Municipal, procurando minorar os problemas encontrados por estes no dia-a-dia, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm por objectivo procurar ultrapassar as dificuldades colocadas pelas pessoas que os procuram. As intermediárias desenvolvem diversas actividades normais, tais como: realização de officios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, IFADAP, INGA, ADSE, Ministério das Finanças, Centro Nacional de Eleições, Centro Nacional de Pensões, Segurança Social, DG Veterinária, Ministério da Saúde, Inspeção-geral do trabalho, seguradoras, bancos, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que

têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes.

Colocação de informações no Sítio da Câmara.

Alguns Números:

GAC	ABRIL	MAIO
CARLÃO	715	720
PINHÃO	1234	982
SANFINS DO DOURO	2430	1920
VILAR DE MAÇADA	867	1244

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Abril

Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de trinta portugueses, sete espanhóis, três norte-americanos, dois italianos, dois estonianos, um esloveno, cinco franceses, dois holandeses, sete ingleses, quatro brasileiros, dois alemães, um norueguês, dois canadianos, dois finlandeses e um neozelandês. Prestação de informação turística documental a entidades várias; 24.04.2009 - Acolhimento e orientação de estagiária da Escola Profissional Nervir do Curso de Turismo. Maio: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de trinta e cinco portugueses, quatro espanhóis, dez franceses, quatro holandeses, três ingleses, dois brasileiros, três australianos e oito alemães; Prestação de informação turística documental a entidades várias; 25.05.09 – Acolhimento e orientação de 2 estagiárias dos CET’S da Escola E/B 2.3 D. Sancho II do Curso de PRÉ-IMPRESSÃO; 30.05.09 – Acolhimento e acompanhamento de grupo de turistas da XXXI Reunião de Antigos Alunos e Professores do Colégio Almeida Garrett do Porto. Junho: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dezassete portugueses, quatro espanhóis, quatro franceses, quatro holandeses, cinco ingleses, dois brasileiros, um belga, três alemães, dois dinamarqueses, um irlandês e um emigrante. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação de orientação de 2 estagiárias dos CET’S da Escola E/B 2.3 D. Sancho II do Curso de PRÉ-IMPRESSÃO. Continuação de orientação de estagiária da Escola Profissional Nervir do Curso de Turismo. e – Gabinete de Arqueologia: A presente exposição descreve as actividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia no bimestre supramencionado. Na mesma, integram-se todas as acções de preservação, valorização, protecção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, designadamente, o histórico, arqueológico, arquitectónico, linguístico,

documental, artístico, etnográfico, científico, social ou técnico. Acções fundamentais do Gabinete de Arqueologia: Na sequência da aprovação do projecto “Sinalização de Arqueossítios do Concelho de Alijó” por parte da Associação do Douro Histórico (no âmbito do programa Leader +), o Município de Alijó deu continuidade aos trabalhos de colocação de sinalética orientativa e explicativa ao longo do concelho de Alijó; Finalização dos trabalhos de Valorização do Castro de S. Marcos, tendo em vista a salvaguarda e protecção do património classificado, transformando este local ao longo do tempo e, faseadamente, num espaço aprazível de que todos possam desfrutar, aliando a componente lúdica à cultural e fomentando, assim, o turismo interno. Todo o espaço envolvente foi preservado e dignificado, através da limpeza da vegetação arbustiva; Conclusão do projecto “Infra-Estruturas de Consolidação e Divulgação da Anta da Fonte Coberta”, através da melhoria do acesso pedonal que dá acesso ao monumento megalítico. Este, actualmente, encontra-se executado em sulipas de madeira combinado com grivilha. Ainda no mês de Junho está também prevista a colocação de dois painéis explicativos, assim como de um projector de iluminação solar; Concepção de visitas técnicas e pedagógicas guiadas a grupos de pessoas interessadas em conhecer o passado concelhio: - Dia 23 de Maio (Público alvo: Associação dos Amigos dos Castelos) - Dia 30 de Maio (Público alvo: Antigos Alunos e Professores do Colégio Almeida Garrett) - Dia 12 de Junho (Público alvo: Grupo de Fotógrafos e Jornalistas Profissionais) Integrado na Festa da Laranja de S. Mamede de Ribatua, no dia 1 de Maio de 2009, participação, como orador, numa visita guiada ao património edificado e imaterial da aldeia, proporcionada pela equipa de História e Arqueologia deste Município; Criação de 2 ateliês de âmbito arqueológico, integrados nas comemorações do Dia Mundial da Criança: “O detective arqueólogo no país das maravilhas” e “Quem perde, perde a cabeça”; Recolha de informação de índole patrimonial, facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados, como às competentes organizações específicas que tutelam o património do nosso país; Preparação de conteúdos de índole patrimonial para a “Revidouro – Feira de Vinhos e Gastronomia de 2009”; Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a criação/aplicação de mini-projectos: - Actualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia; - Divulgação mensal do património arqueológico concelhio, através da Agenda Municipal (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer a toda a população diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); - Participação, como interveniente, em acções de informação e sensibilização patrimonial;

- Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. **c – Obras e Intervenções Municipais:** * Reparação de rupturas de água; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Realização de vários trabalhos em diversas escolas e jardins-de-infância; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de mato, jardins, estradas, ruas, caminhos, aterros e lixeiras; * Colocação de placas de sinalização; * Reparação de sinais de trânsito danificados; * Ligação de ramais de água; * Colocação de tubagens para ligações de água; * Colocação de condutas de água; * Montagem de palco coberto para a Feira das Velharias em Vale de Mendiz; * Realização de trabalhos em habitações degradadas do concelho; * Realização de trabalhos no edifício do Tribunal em Alijó; * Reparação de bocas-de-

incêndio; * Limpeza de fossas no concelho; * Montagem de palco e barracas para a concentração de motards; * Montagem de palco nas piscinas municipais para as comemorações do Dia Mundial da Criança e colocação de grades de vedação; * Realização de trabalhos no Museu de Favaio; * Realização de trabalhos numa sala do Pavilhão Gimnodesportivo para instalação do estúdio da rádio Juventude Salesiana de Alijó; * Desmontagem das barracas e palco da Feira da Laranja de São Mamede de Ribatua; * Realização de trabalhos no edifício da Câmara Municipal; * Realização de trabalhos na Igreja de Santa Eugénia; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Construção/Requalificação do Pólo Integrado de Alijó – Pré-escolar e EB1 – em concurso - Beneficiação/Ampliação da Zona Desportiva e de Lazer em Alijó – em concurso - Recuperação do Mercado Municipal – em concurso - Requalificação Urbana da Rua Francisco Artur Martins/Rua Eng^o Delfim Magalhães – em concurso - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Freguesia de Vila Chã) – em concurso - Reconstrução e Reparação de Muros Degradados – Amieiro – em concurso - Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Vila Chã) – em concurso - Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Carlão) – em concurso - Requalificação da Zona Central de Vila Chã – em concurso - Beneficiação de Estradas no Concelho (Rua Belo Horizonte em Carvalho) – em concurso - Infraestruturas e Arruamentos do Centro de Dia do Pinhão – em concurso - Construção da Fossa Séptica no Amieiro – em concurso - Recuperação da Zona de Lazer em S. Mamede Ribatua – em concurso - Beneficiação de Estradas no Concelho (Rua do Além em Francelos) – em concurso - Edifícios do Município – Conservação e Reparação (Adaptação do Edifício do Ministério da Agricultura) – adjudicada - Beneficiação de Estradas no Concelho (Ligação do Nó da Variante à Chã/Sanfins do Douro) – adjudicada - Abertura e Conservação de Caminhos Agrícolas (Caminho Rural de Alvela) – adjudicada - Sala Multiusos em Alijó – adjudicada - Construção e Reparação de Muros Degradados (Estrada de Casal de Loivos-Pinhão) – adjudicada - Zona de Lazer de Nossa Senhora da Piedade – adjudicada - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Povoação de Cheires – Rua n^o 1 e Bairro do Ribeiral) – adjudicada - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Dr. Ernesto Morais em Santa Eugénia) – adjudicada - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Freguesia de S. Mamede Ribatua) – adjudicada - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Leonídio do Nascimento Magalhães Afonso) – adjudicada - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação de Flora Augusta Vieira) – adjudicada; **d – Acção Social: a)** Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes - Continuação das candidaturas ao Programa de Conforto Habitacional para Idosos (PCHI), que sejam utentes das valências de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, no âmbito do recente Protocolo assinado entre o Instituto da Segurança Social, I.P e o Município de Alijó. Até ao momento deram entrada 32 candidaturas das quais: - 28 apresentam critérios de elegibilidade; - 4 não apresentaram critérios de elegibilidade; Das 28 candidaturas foram realizadas 28 visitas domiciliárias pelos serviços de Acção Social do Município e da Segurança Social, das quais resultaram: - 7 candidaturas

indeferidas; - 19 candidaturas foram aprovadas. É de referir que as candidaturas que não preenchem os requisitos específicos deste programa e verificando-se a necessidade de intervenção habitacional são analisadas e encaminhadas para outros programas do Município. - Continuação preparação das instalações para a abertura de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, no âmbito do Protocolo entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Município de Alijó. Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. - Encontram-se emprestadas 28 camas hospitalares no 1 Castedo, 5 Alijó, 2 Carlão, 7 Sanfins do Douro, 5 Vilar de Maçada, 1 S. Mamede de Ribatua, 2 Pegarinhos e 3 Vila Chã, 1 Vilarinho de Cotas. - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados nas Freguesias de Vilar de Maçada, Vila Chã; - Encontram-se emprestadas 23 cadeiras, nas Freguesias de: Castedo 1, Alijó 7, Carlão 2, Vilarinho de Cotas 2, São Mamede de Ribatua 2, Vila Chã 3, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada 3 e Pegarinhos 1, Vila Verde 2. - Encontram-se emprestados 2 colchões anti-escaras, nas Freguesias de Alijó e vilar maçada 1, Souto de Escarão 1. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: N.º de processos entrados em 2008 – 56. N.º de processos aprovados – 12; N.º de processo a aguardar 2º visita domiciliária – 11; N.º de processo a aguardar 1º visita domiciliária – 14; N.º de processos em análise – 9; N.º de processos a aguardar documentos em falta – 3; N.º de processos a aguardar aprovação superior – 3; N.º de processos indeferidos – 4 (3 Alijó, 1 Cotas); - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Programa “Solarh”: N.º de processos entrados total – 58. N.º de processos aprovados – 25 (3 desistiram após aprovação), N.º de processos que se encontram em fase de obras – 4, N.º de processos a aguardar aprovação – 0, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0, N.º de processos indeferidos – 8, N.º de desistências – 26, Projectos de Intervenção Comunitária - Assinatura do protocolo no âmbito do Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), entre o ISS,I.P, os Municípios de Alijó, Murça e Sabrosa e a Associação Douro Histórico. Este projecto e de âmbito supra-concelho e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Acção foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respectivos Concelhos. - Projecto “Novos Rumos” – Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Continuação das acções promovidas: - Reabilitação habitacional e aquisição de equipamentos para as famílias intervencionadas pelo projecto; - Cursos de Formação Parental – em parceria com o Programa Escolhas “Pensar o Presente, criar o Futuro” e o Núcleo de Intervenção Local (NLI) do Rendimento Social de Inserção; - Gabinete de Apoio ao Jovem – novo espaço de funcionamento no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, no

qual também se insere o Gabinete de Apoio a Sexualidade Juvenil, em Parceria com o Centro de Saúde de Alijó, no âmbito do planeamento familiar; - Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Encaminhamento de famílias e outros para formação profissional; - Continuação do Programa de Treino de Competências Sociais, dirigida a alunos da Escola E, B 2,3/D. Sancho II de Alijó, dos 5º e 7 anos; e A Saúde e Hábitos de Vida Saudáveis para os 8º e 9 anos de escolaridade; - Continuação das acções de Orientação vocacional para jovens do 9º ano; - Planeamento da Feira das Profissões em parceria com o projecto “ Pensar o Presente Criar o Futuro” do Programa Escolhas ; - Reabilitação habitacional – 2 situações em parceria com a Autarquia; - Implementação de Acções de Promoção para a Saúde, no 1º Ciclo e no Pré-Escolar em parceria com o Centro de Saúde e as Escolas; - Acompanhamento psicológico dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do Concelho; b - Educação: Desenvolvimento do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade e Expressões para os 1º e 2º anos de escolaridade); Transferência de verbas para Agrupamentos de Escolas para material didáctico e material de desgaste; Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º CEB do concelho; Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; Gratuidade das refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB; Preparação de um regulamento de Acção Social Escolar para atribuição de apoios económicos no que concerne a refeições e manuais escolares no 1º CEB; Gratuidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino, abrangendo ainda pessoas com necessidades educativas especiais que frequentam instituições fora do concelho; Transportes escolares para todos os níveis de ensino, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (Vila Real e Sabrosa); Transporte de pessoas por indicação da Protecção Civil (transporte de acidentados para Braga); Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); Colaboração com projectos de intervenção social que promovem actividade para crianças e jovens; Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; Apoio e colaboração na dinamização de actividades direccionadas a crianças e jovens; Limpeza e desinfectação de edifícios escolares e áreas circundantes; Comemoração do dia Mundial da Criança; Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó c – Saúde Pública: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê;

- Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Campanha de vacinação anti-rábica em época especial; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Colaboração com a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, procedendo a actividade de Inspeção Sanitária no Matadouro Alfeu, em Vila Real. - Avaliação de projectos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufactura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; - Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de cães errantes no concelho de Alijó; - Colaboração com a GNR na resolução de situação envolvendo um cão morto, encontrado na Barragem da Chã, no concelho de Alijó;

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Sector Agro-Pecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das actividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agro-Pecuário: - Vila Verde e Alijó - Exploração de Suinicultura;	. GADL; . Promotores	. Criação de porcos da raça Bisara em regime extensivo; . Criação de porcos da raça Bisara em regime semi-intensivo;	. Reunião de trabalho com os potenciais promotores por forma a ser efectuado o melhor enquadramento para o licenciamento;
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola /Ambiente - Registo de Recursos Hídricos	. GADL; . Todas as Juntas de Freguesia . Agricultores.	. Informação a todas as Juntas de Freguesia e aos agricultores do Concelho sobre a obrigatoriedade de registo de todos os recursos hídricos existentes e a forma como elaborar o processo de registo; . Orientação dos agricultores sobre como efectuar o registo dos recursos hídricos que possuem; . Realização de 320 processos de registo de recursos hídricos a agricultores que demonstraram dificuldade na leitura do requerimento necessário para a elaboração de um processo de registo de um recurso hídrico (poço, mina, nascente, charca,	. Informação realizada através de Edital e folheto informativo, bem como elaboração de processos de registo efectuados no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local.

		fossa, açude, entre outras infra-estruturas).	
Concelho de Alijó - Favaios Artesanato - Latoaria	. GADL; . Associação de Artesãos da Região Norte;	. Obtenção de carta de artesão; . Certificação de Unidade Produtiva de Artesão	. Reuniões de trabalho com o artesão; . Elaboração do processo para obtenção de carta de artesão e Unidade Produtiva.
Concelho de Alijó Empreendedorismo /Leader - Favaios - Turismo de Campo	. GADL; . Associação Douro Histórico; . Empreendedor	. Informação sobre as estratégias definidas para a região, através do GAL; . Apoios disponíveis, para a modernização, inovação e aumento de competitividade das empresas comerciais existentes.	. Reuniões com o promotor de forma a mostrar o interesse em recorrer aos apoios disponíveis; . Elaboração de Ficha de Intenção de Investimento do empreendedor, cujo enquadramento é o programa LEADER
Concelho de Alijó – Alijó Empreendedorismo /Indústria /Comércio	. GADL; . Promotores; . SPA, consultoria.	. Criação de uma Farmácia; . Criação de uma Charcutaria/talho.	. Reuniões de trabalho com o objectivo de informar/orientar os promotores sobre os apoios disponíveis e enquadramento do projecto.
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola	. GADL; . Promotores;	. Objectivo de beneficiar projectos de investimento existentes – Projectos Estruturantes; . Beneficiação dos agricultores, com a criação de melhores acessibilidades para os prédios rústicos, nas áreas abrangidas pelos projectos;	. Aprovada candidatura ao Programa Agris – Caminhos Rurais.
Concelho de Alijó – REVIDOURO 2009	. GADL	. Divulgação do evento a todas as empresas locais do sector vitivinícola, gastronómico e de artesanato.	.Preparação do evento.
			. Realização de sementeiras em áreas previamente definidas; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na

<p>Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Colaborador da CIBIO; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF. . Juntas de Freguesia. 	<ul style="list-style-type: none"> . Melhorar a Gestão da ZCMA. 	<p>ZCMA;</p> <ul style="list-style-type: none"> . Avaliação Periódica dos repovoamentos de coelho bravo efectuados; . Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Tratamento dos resultados de exploração obtidos relativos à época venatória 2008/2009 e informação dos mesmos à AFN do Norte. . Serviço administrativo da ZCMA: - Inscrição de caçadores na zona de caça, requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador, recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas e requerimentos para autorização de correcção de densidade ao Javali por prejuízos causados; . Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Fiscalização da ZCMA; . Vistorias para decisão dos pedidos de indemnização e recomendação de medidas preventivas; . Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA;
<p>Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; 	<ul style="list-style-type: none"> . Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã 	<ul style="list-style-type: none"> . Serviço administrativo da Concessão de Pesca: . Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;
<p>Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . GTF; . COM. 	<ul style="list-style-type: none"> . Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM. 	<ul style="list-style-type: none"> . Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó.
<p>Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona</p>	<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; . Comandantes de todas 	<ul style="list-style-type: none"> . Formação conjunta. 	<ul style="list-style-type: none"> . Realização de acções de formação a todos os corpos de bombeiros do Concelho de Alijó.

de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)	as Corporações de Bombeiros do Concelho.		
Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)	. COM. . XistoDesign	. Planificação e elaboração de site sobre o SMPC.	. Reuniões de trabalho.
Concelho de Alijó Sector Florestal – PMDFCI	. GADL, GTF. . Entidades constituintes da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;	. Revisão do PMDFCI e POM	. Aprovação do PMDFCI e POM
Concelho de Alijó Sector Florestal – PMDFCI	. GADL; . GTF; . Escolas Básicas do Concelho; . Escolas do Pré-escolar do Concelho.	. Sensibilização prevenção e protecção da floresta.	. Realização de actividades no dia Mundial da Criança com os alunos.
Concelho de Alijó Sector Florestal – PMDFCI	. GADL, GTF, COM, Sapadores Florestais (SF 10-117 Alijó).	. Realização e cumprimento das faixas de gestão de combustível definidas no PMDFCI. .	. Acompanhamento na execução de trabalhos de silvicultura preventiva.

- Celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Alijó e a Rádio Juventude Salesiana.
Alijó, 17 de Junho de 2009

O Presidente da Câmara



José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia esclarecendo que relativamente ao santuário de Pegarinhos, encarregou a Divisão de Serviços Urbanos da Câmara para analisar essa matéria, pensando que em conjunto com a Sra. Presidente de Junta de Freguesia, terão já analisado as questões que o Sr. Deputado entregou na última Assembleia Municipal; se ainda não lhe foi dada

resposta, provavelmente haverá algum aspecto a esclarecer, mas será dada resposta em tempo útil, oportuno e com o rigor que a intervenção feita, merece. No que diz respeito às eleições europeias e questão dos cadernos eleitorais, cartão de cidadão e todas as questões a este propósito, esclarece que não pode em Assembleia Eleitoral alguma, em acto eleitoral de qualquer espécie, haver alguém que queira votar e não esteja inscrito no respectivo caderno eleitoral. Qualquer membro da Mesa, assim como qualquer Delegado a uma Mesa Eleitoral, a lei obriga-o a não permitir votar quem não esteja inscrito e é o cidadão não inscrito que tem que reclamar junto da Comissão Técnica Eleitoral, relativamente a esta matéria. Indica ainda que com o cartão de cidadão, as pessoas deixaram de ter possibilidade de votar de forma diferenciada da sua área de residência, em função daquilo que são os seus documentos, ou seja, o cartão de cidadão obriga a mais seriedade e mais rigor. No que diz respeito ao Gabinete de Desenvolvimento Local e os recursos hídricos, salienta que é uma legislação que decorre de directivas comunitárias e tem a ver com os chamados poços de água, pontos de água e nascentes que os particulares têm nos seus terrenos para regar ou tratar dos jardins, etc, e que ultimamente, por causa do uso eficiente da água e por ser um bem escasso, quiseram regulamentar e fazem transportar para a legislação nacional, estas directivas comunitárias. Esclarece que ao Governo não restou outra alternativa que não fosse cumprir essa transposição das directivas comunitárias e mal surgiu esta situação, em termos de legislação, o executivo Municipal lançou o desafio ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, o qual enaltece porque foi um trabalho acrescido que teve que desenvolver e para o qual não teve preparação prévia, para assim ajudar os agricultores neste processo de legalização dos recursos hídricos. A maioria das pessoas tem dificuldade em preencher formulários, sendo então constituída uma equipa, no Gabinete de Desenvolvimento Local para ajudar nesta matéria, aproveitando ainda a oportunidade para informar os Srs. Deputados que ainda não tinham tomado conhecimento desta situação, que o referido Gabinete continua a prestar este serviço independentemente das alterações legislativas que sobre esta matéria se venham a verificar. No que diz respeito à Zona de Intervenção Florestal (ZIF), refere que esta situação é de vital importância para toda a zona norte do Concelho e sobretudo é de vital importância para toda a floresta e toda a zona de Norte do Concelho. Esta foi uma luta que demorou anos, tendo resultado da persistência do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, do na

altura Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada e da Comissão de Baldios de Francelos, sendo os primeiros a dar os passos, bem como a Afloodouro Norte. Refere que a Câmara Municipal foi solicitada para acompanhar o processo, tendo-o feito desde a primeira hora e lembra que várias vezes tem referido que a floresta representa para o norte o mesmo que a vinha para o sul, sendo necessário que percebam o alcance da ZIF, assinada entre as entidades referidas, a Câmara Municipal e o Governo para ordenarem, racionalizarem e darem sustentabilidade económica a este recurso fundamental para toda a zona norte do Concelho, porque a floresta não é apenas um conjunto de árvores de diferentes espécies que se deve preservar, sobretudo para evitar incêndios. A floresta é encarada como um recurso endógeno, de carácter transversal e a base social e económica de toda uma economia rural que a própria crise global tem vindo a valorizar cada vez mais. Indica também que com a crise da globalização e a crise económica, verifica-se que empresas industriais, como a Qimonda, a Autoeuropa, entre outras, são deslocalizadas de Portugal, sendo riqueza boa que vem na conjuntura boa, mas que vai embora na conjuntura má ou quando as coisas se complicam. A floresta, a vinha, o granito e o xisto não são deslocalizáveis, existem aqui e não existem em mais lado nenhum, sendo um recurso endógeno, físico, geológico e não deslocalizável do ponto de vista sócio – económico, conferindo-lhe um valor próprio e acrescido sobretudo numa época de crise financeira global e numa época em que o capital voa à velocidade da luz, à procura de um sítio onde tenha mão-de-obra mais barata. O mesmo não acontece com estes recursos mencionados, que não existem noutra espaço e por isso devem valoriza-los. Refere ainda que a aprovação da ZIF não pode passar sem a devida referência, sublinhando que é um dos caminhos para o desenvolvimento sustentado e integrado do País e conseqüentemente do Concelho, sendo produtora de emprego e de riqueza. Esta tem também a componente de combate aos fogos florestais, que se evitam com a limpeza das florestas e tendo este aproveitamento económico, a probabilidade de existirem incêndios diminui de forma acentuada; assim é importante não apenas do ponto de vista social e económico mas também do ponto de vista ambiental e de protecção de pessoas e bens. Sublinha o facto de uma vez mais o Município de Alijó estar na vanguarda porque é a primeira ZIF aprovada nesta região, quando há apenas quarenta e duas a nível do País. Refere que isto vai permitir que de forma profissional e racional possam candidatar as zonas que vão integrar a ZIF, a fundos

comunitários, a equipas de sapadores florestais, ao aproveitamento económico da floresta enquanto recurso endógeno. Dá os parabéns a todos aqueles que de alguma forma puderam contribuir para mais este sucesso do Concelho de Alijó, nestes diferentes domínios, não apenas da protecção civil e ambiental mas também social e económico. No que diz respeito à intervenção do Sr. Presidente de Junta do Amieiro, relativamente à rede eléctrica, indica que essa situação está a ser tratada, foi comunicada à EDP e se ainda não estão na freguesia do Amieiro, irão estar durante a presente semana. No que diz respeito à fossa, indica que o facto de ter chegado atrasado à presente sessão da Assembleia Municipal, deveu-se a uma reunião com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, onde as questões de água e saneamento foram tratadas a nível do Concelho e de um pré – protocolo de adesão que será brevemente presente a Reunião de Câmara e do conhecimento da Assembleia Municipal, para resolverem definitivamente o problema da água e do saneamento no Concelho, tanto em alta como em baixa. Indica que tal como é do conhecimento dos Srs. Deputados, têm um protocolo com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro para rede de água e saneamento em alta, mas a baixa continua a ser unicamente da responsabilidade da Autarquia e consideram que este é um protocolo que deixa a “carne” para as Águas de Trás os Montes e Alto Douro e os “ossos” para a Autarquia; não apenas a Autarquia de Alijó, mas todos os Municípios da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e da Comunidade Intermunicipal do Douro, estão neste momento a negociar com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, a passagem definitiva do sistema para as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, ficando com a alta e com a baixa. Esclarece que um pré protocolo de adesão irá resolver não apenas o problema de S. Mamede, Amieiro e Safres mas também o problema de toda a Freguesia de Vila Verde e parte da Freguesia de Vilar de Maçada, a qual tem ainda algumas deficiências, ou seja, vão resolver em alta o abastecimento em termos de rede onde é deficitário ou inexistente, assim como resolver o problema do saneamento em baixa. Informa que neste protocolo vai ser incluída a substituição das redes de água e saneamento, em alta e em baixa, para colocarem o Concelho ao nível do que há de melhor no País e na Europa nesta matéria. No que diz respeito ao muro já deu ordens nesse sentido e relativamente às lombas, tem conhecimento que neste dia os funcionários da Câmara estão a trabalhar no local, tentando atenuar o problema. No que diz respeito ao TER, esclarece que as escolas ainda não estão na posse

do Município e o destino a dar ao espaço escola, é um destino que o Conselho Municipal de Educação tem que determinar. O projecto para aquele local só ainda não foi feito e apresentado porque não há posse definitiva da Câmara. No que diz respeito ao problema dos telefones e dos plátanos, irá ver o problema em conjunto com o Sr. Presidente de Junta para procederem à limpeza dos mesmos. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso, indica que não pode estar mais de acordo com o mesmo quando diz que em Democracia deve haver respeito de parte a parte, do poder relativamente à oposição, mas também da oposição relativamente ao poder. Sublinha a referência que fez a todos os Srs. Presidentes de Junta porque quem acredita na verdadeira descentralização da decisão política e acredita que quem está mais perto das pessoas, está mais capacitado para resolver os seus problemas, tem que reconhecer esse papel insubstituível dos Srs. Presidentes de Junta. Indica que há quem distinga os políticos de uma maneira geral e os Autarcas; os políticos de uma maneira geral, referem-se aos políticos a nível nacional e europeu, os Autarcas tem sobretudo a ver com essa proximidade. Quer o Presidente de Junta, quer o Deputado Municipal, quer O Presidente de Câmara ou Presidente da Assembleia, vivem aqui, conhecem-se uns aos outros e são todos os dias confrontados com os problemas com que os cidadãos, nós próprios, somos confrontados, onde vivemos. Assim, têm uma sensibilidade acrescida para a resolução dos mesmos e para a urgência na resolução desses mesmos problemas; quem está mais distante, seja no porto, Vila Real ou Lisboa, pode ter vontade, pode querer, pode reconhecer que são problemas que carecem de resolução, mas vem cá e vai embora, estando muito longe e por isso se diz que a maior conquista do 25 de Abril, em termos de Democracia, foi o poder local, concordando com o Sr. Deputado Jaime Cardoso que devem relembrar e elogiar todos aqueles que desde o 25 de Abril, ao nível dos diferentes órgãos, deram parte do seu tempo, parte do seu saber, parte do seu talento e da sua vontade, a trabalhar para as autarquias locais, ou seja a trabalhar para servir as populações. Indica que é com profunda tristeza que ultimamente tem verificado que alguns dos defeitos que viam ao nível da política nacional e europeia, ao nível da tal política de outro patamar, começam a descer ao interior do país e ao Concelho de Alijó; uma forma de fazer política que mais parece uma “guerrilha de galos” que por vezes se vê na Assembleia da República em que se insultam uns aos outros e o povo pergunta o “que estão aqueles Srs. a fazer? Apenas a insultarem-se

uns aos outros”. O povo quer é saber de quem faz, de quem concretiza, independentemente das dificuldades com que o faz. Lamenta que ultimamente essa forma ínvia de fazer política tenha também aterrado no Concelho de Alijó, não obstante, não se vão desviar do rumo pretendido, vão continuar a trabalhar e vão procurar, sem baixar os braços, sempre firmes e determinados a fazer o trabalho da forma que sabem, da forma que podem, cometendo alguns erros, pois só não os comete quem não decide, mas sempre fazendo o melhor que podem e sabem, em prol das populações, de “nós próprios”, dos que vivem e habitam no Concelho de Alijó. No que diz respeito á questão também subjacente à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso, do investimento que terá sido feito de forma indiferenciada entre as sedes de freguesia e as anexas, refere que a Autarquia de Alijó, desde que é Presidente, só faz investimentos nas respectivas freguesias articuladamente com o respectivo Presidente, seja do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata, dando como exemplo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro que falou de investimentos na sua freguesia, articulados com a Câmara, conforme fazem com todos os outros. Relativamente à questão das sedes e das anexas, no que diz respeito concretamente à freguesia, da qual o Sr. Deputado é oriundo e nomeadamente a Cheires, particularmente neste Mandato, tudo aquilo que eram os desejos de grandes investimentos em Cheires, com muitas dificuldades, foram e estão a ser concretizados. Relembra a variante a Cheires, para poder permitir que o trânsito mais pesado fizesse essa circulação, levando de Cheires, aquilo que é o recurso económico-financeiro fundamental da povoação, que é o vinho, de forma mais segura, tendo alargado esse acesso, assim como o jardim de Cheires que era um desejo antigo das populações e que está agora concretizado; relembra também uma série de caminhos vicinais fundamentais para o acesso das populações e muros de suporte aos respectivos territórios; acrescenta ainda aquela que considera ser o grande anseio de Cheires, um desejo antigo, de há mais de vinte anos, que é a ligação entre Sanfins e Cheires, denominado “Alvéola ou Alveola”, que vai de Sanfins até ao cemitério de Cheires, permitindo a recuperação de um pontão, onde antes passava mal um camião dos bombeiros e após esta intervenção vai poder passar muito bem, permitindo também o acesso mais rápido dos bombeiros de Cheires, a uma zona florestal importante, bem como uma série de quintas que são atravessadas por esta estrada fundamental, tal como fizeram na ligação entre Favaios - Póvoa ou na ligação Castedo – Tua e vão

continuar a fazer, numa série de candidaturas que estão a concretizar aos caminhos agrícolas ou vicinais, como já fizeram em Vilarinho de Cotas, entre esta e o Roncão, para servirem a verdadeira indústria do Concelho de Alijó, ou seja, os terrenos de onde os agricultores extraem o vinho e têm as suas uvas. Indica que vão continuar a fazer mais e melhor e por isso mesmo “estão a dar a cara” para que possam continuar a merecer a confiança de quem até agora acreditou no Executivo. No que diz respeito à desertificação do interior, dirige-se ao Sr. Deputado, indicando que será antes a desertificação do País porque este tem vindo a perder população a envelhecer na sequência de um paradigma demográfico que tem assolado a própria Europa. Indica ainda que talvez sejam sinais do nosso desenvolvimento social e económico e da parceria com a Europa, porque assim como os países mais desenvolvidos, têm esta estrutura etária, aqui também vão tendo; isto não se reflecte só na estrutura do Concelho, mas no próprio país. Estão a fazer o possível e o impossível para estancar a desertificação, criando condições de vida aos que ainda vivem no Concelho: melhorando as acessibilidades, os equipamentos colectivos, de tal forma que há hoje pessoas a afirmar que é mais fácil frequentar umas piscinas, um auditório ou ter um acesso mais rápido à rede escolar ou até cuidados de saúde, no imediato em Alijó do que num grande centro porque demoram menos tempo; tentam também atrair para o Concelho de Alijó outros recursos humanos, quer oriundos do Concelho que de fora do Concelho que cá queiram viver e habitar. A confirmar esta situação, a Câmara Municipal assinou um Contrato Local de Desenvolvimento Social juntamente com as Câmaras de Sabrosa e de Murça, para combater a desertificação e condições sociais referidas pelo Sr. Deputado, ajudando a fixar mais quadros e criar mais emprego. Indica que também não foi por acaso que apoiaram uma obra que vai iniciar agora da APPACDM de Sabrosa, para construir no loteamento do “Viuveiro”, uma delegação dessa instituição, que vai dar apoio aos deficientes e criar trinta ou quarenta postos de trabalho; não foi também por acaso que com a criação da Unidade de Cuidados Continuados, já criaram trinta novos postos de trabalho. Indica ainda que é também por esse facto que a Câmara Municipal de Alijó se candidatou ao Gabinete de Inserção Profissional, o qual foi aprovado e vai começar a funcionar a partir do dia 01 de Julho; não é por acaso que a Câmara Municipal de Alijó, tem esgotado todas as candidaturas no que diz respeito a recursos humanos: tudo que tem a ver com estágios académicos, estágios profissionais, estágios para as

diferentes componentes, pois tem a ver com emprego jovem e qualificado; não foi por acaso que através da Pousada da Juventude também criaram mais uma série de empregos, assim como também não foi por acaso que no âmbito da requalificação urbana, aprovaram a candidatura de reabilitação do Mercado Municipal, para o transformar num mercado ao ar livre e através dessa forma criar empregos. Refere que tão importante como criar empregos, é manter os que já existem e por isso mesmo a Câmara Municipal de Alijó tem vindo há alguns anos a esta parte, mas com particular incidência nos últimos tempos, a fazer um esforço conjugado com as adegas de Alijó, de Favaios e de Pegarinhos, para que os empregos que existem, não se percam, para que os sócios que aí depositam as suas uvas, não vejam um problema económico acrescido para além dos que já têm. A Câmara está a fazer todos os esforços para tentar inverter e pelo menos estancar esta tendência do País; também não é por acaso que a Câmara Municipal de Alijó tem feito uma aposta sem precedentes na área social com candidaturas, em parceria com as respectivas instituições, a tudo o que existe nesta área, construindo ela própria, edifícios onde eventualmente a Segurança Social diz “para aqui não há candidaturas”. Fizeram isto na área do ambiente e saneamento, estão a fazê-lo também na área social, porque em cada Freguesia do Concelho, uma IPSS, ou seja, uma creche, um centro de dia, um lar, tudo que trabalha na área social, é fundamental por três motivos: porque faz o diálogo inter geracional entre os mais novos e os mais velhos; porque é a única forma de criar emprego público nessas localidades; sendo ainda a forma de terem quatro ou cinco pessoas, seis ou sete jovens que ainda se lá fixam, tendo possibilidade de constituir família e de através desse emprego, apoiar os mais idosos a continuarem a permanecer nessas mesmas localidades e a não desertificarem ainda mais o interior, do interior, ou seja, as aldeias de cada um dos Concelhos do interior do País. Foca a questão do aeródromo da Chã, levantada pelo Sr. Deputado Joaquim Grácio, indicando que este é um caso que merecia o apoio unânime, consensual e sem qualquer espécie de dúvidas ou outros objectivos, sendo uma aposta estratégica deste Executivo e do Concelho; como afirmou já várias vezes nesta Assembleia, é uma batalha difícil, mas conseguiram três coisas, que ainda ninguém tinha conseguido: conseguiram a unanimidade dos colegas da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte para aprovar o projecto e Plano Director Municipal; têm tentado ao longo dos tempos variadíssimas formas para levar a efeito e execução prática deste

plano; estão agora a tratar de uma outra forma de o fazer porque surgiu uma oportunidade, associada à construção do IC5, que entenderam, como Autarcas, que não deviam desaproveitar. Indica ainda que dentro de uma forma que classifica de “guerrilha político-partidária” a um tema que não devia ser alvo destes ataques, vão continuar a fazer o trabalho, apesar de não adiantar apelar ao bom senso e sobretudo ao sentido de estado por parte de quem o não quer ter. Esclarece que o que fizeram foi aproveitar uma oportunidade única da instalação do estaleiro do IC5 que vai originar seiscentos postos de trabalho e setenta milhões de euros de investimento no Concelho de Alijó, afirmado pelo Sr. Eng. Magalhães, técnico superior da AE Norte e responsável da Mota – Engil que está a fazer este investimento no Concelho, numa apresentação pública, onde a esmagadora maioria dos presentes na Assembleia Municipal, também estiveram, não podendo perder a oportunidade desta empresa estar localizada no Concelho, para fazer um protocolo com a mesma, em que procurassem aproveitar essa mais-valia, para fazer trabalhos no aeródromo, que pudessem diminuir o investimento que vão fazer. Esclarece que o que está protocolado e entregue no princípio do protocolo, na Reunião de Câmara seguinte, à Reunião onde entregaram as perguntas que o Sr. Deputado acabou de reformular, é muito simples: a Mota – Engil que inicialmente queria localizar-se mesmo dentro do aeródromo, numa zona não relacionada com as pistas, mas numa zona de máxima infiltração, não sendo permitida essa localização, passando a localizar-se noutros terrenos da Câmara ao lado do aeródromo. Pergunta, se tendo os terrenos e a possibilidade de uma cedência temporária dos mesmos a uma empresa, pela qual esta tem que pagar um preço e com base no qual vai ajudar a fazer a pista de 1400m do aeródromo, não deveriam aproveitar esta oportunidade. Lembra que na sua entrevista, referiu que a pista maior, de 3km, só seria concretizada se tivessem uma parceria público – privada que envolvesse também os operadores turísticos. Indica que a primeira pista tinham capacidade para a fazer sem parcerias, mas o mesmo não acontece com a segunda pista e com a primeira conseguiam garantir duas coisas: o acesso aéreo para a protecção civil, muito importante como comprovam com a aprovação da ZIF para a defesa da floresta, recurso endógeno fundamental para a zona norte como também os voos até cinquenta pessoas. Para voos de outra dimensão, pagando os pacotes turísticos, essa pista é insuficiente. Indica que a Câmara vai fazer aquilo que pode fazer com os seus próprios recursos; a outra pista terá que ser a procura que a

primeira tiver, que vai exigir ou não a sua construção. Dirige-se aos Srs. Deputados, dizendo que se continuam a “bater nesta tecla”, continuam a estar não do lado dos que querem este investimento mas daqueles que procuram ver se cometem algum erro processual, formal ou jurídico para pôr em causa este investimento. Pergunta quem defende o aeródromo da Chã: se é quem em todas as entrevistas diz que a infra estrutura é absolutamente fundamental para o Concelho e vai fazer tudo que esteja ao seu alcance para a concretizar ou aqueles que a seguir procuram desmentir essa mesma notícia, fazendo deste “jogo de xadrez” da comunicação social, a essência da vida política, tentando denegrir, impedir, dificultar ou boicotar este investimento. Salienta aos Srs. Deputados que têm um rumo, uma estratégia e um caminho com vários “degraus” e enquanto estiverem no Executivo, não vão destruir nenhum “degrau”, mas antes acrescentar ainda mais degraus e o mesmo não acontece com outros que tentam destruir os “degraus” para os fazer cair estrondosamente, unicamente por uma questão de oportunismo político – eleitoral. Indica que tem tentado evitar que esta e muitas outras situações se transformem em arma de arremesso político, aquilo que devia ser motivo de união de todos os que defendem os interesses do Concelho, acima de todos os outros interesses. Foi isso que fizeram os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata do anterior Mandato, quando o Governo da altura liderado por Santana Lopes, desviou a Pousada da Juventude de Alijó para Boticas e todo o Executivo, em unísono, por unanimidade, exigiu perante a comunicação social, que esse investimento voltasse para o Concelho de Alijó. Isto porque estava prometida há nove anos e se as Autarquias Locais têm o direito e dever de cumprir os compromissos, o Estado / Administração Central também tem que o fazer, independentemente daqueles que episodicamente estão à frente dos destinos desse mesmo Estado. Refere que estar na oposição não é fazer crítica fácil e destrutiva porque “quem não tiver telhados de vidros, que atire a primeira pedra”. Refere ainda que tem tido muita paciência perante tantas provocações, porque o seu papel obriga-o a pôr os interesses do Concelho de Alijó, acima de outro tipo de interesses e vai continuar a fazê-lo, independentemente das provocações e de todos os meios que quiserem utilizar, porque não se vão desviar do rumo que visa a defesa desses interesses. Indica assim que “chega” de tentarem torpedear quem está a trabalhar na defesa dos interesses do Concelho de Alijó, assim como “chega” de tentarem utilizar artifícios seja jurídico formais ou de outra natureza para tentar impedir

o trabalho de quem tem apenas uma preocupação: colocar a defesa dos interesses deste Concelho acima de tudo. Solicita à Mesa da Assembleia Municipal que traga o protocolo assinado com a Mota – Engil, relativamente a esta matéria, para consultarem e verificarem que quem anda a mentir na comunicação social não é o Executivo Municipal do Concelho de Alijó. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Indica que se dirigiu ao Sr. Presidente, enquanto Deputado, fazendo uso do direito de fazer três perguntas simples à Câmara, de forma educada e correcta, afirmando que não andou em jornais nem em entrevistas, pensa que tenha utilizado uma linguagem própria aquando da sua intervenção. Por todas as razões que o Sr. Presidente da Câmara possa ter, no tipo de linguagem que utilizou ao responder, o Sr. Presidente da Câmara não estava a responder às pessoas não estava a responder às pessoas que escreveram nos jornais ou eventualmente deram entrevistas em rádios, estava a responder ao Sr. Deputado, o qual tinha colocado as perguntas. Indica ainda que com todo o respeito que tem pelo Sr. Presidente da Câmara, considera excessivo o tipo de linguagem utilizado para com este Sr. Deputado, não sendo ainda próprio da sua intervenção inicial, quando elogiou a intervenção de um Sr. Deputado que fez apelo ao bom entendimento entre políticos. Dirige-se ao Sr. Presidente da Mesa e ao Sr. Presidente da Câmara, informando que aceitou a justificação dada, não tendo dito “nem mais nem menos” do que aquilo que lhe tinha perguntado, condenando o tom usado pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Lamenta que haja tantas discórdias porque o aeródromo é importante para o Concelho assim como qualquer obra. Foca a questão da desertificação, referindo que o aeródromo só é importante se tiver uma região do Douro granjeada e bonita como está actualmente; se as pessoas se forem embora que não haja mão-de-obra, como já se verifica e com os preços praticados diariamente pela mão-de-obra para cuidar de videiras e ao preço que está a vinho, a situação torna-se ainda mais complicada. Indica que merece uma reflexão, uma pessoa que está com o máximo de boa vontade a olhar pelos problemas do Concelho, mas a criação de empregos não vão criar a região bonita do Douro; o que trará turistas, será se a região estiver bonita e se não houver quem cuide da região, o aeródromo já não terá o mesmo interesse,

permanecendo o interesse de manter a mata, que também é louvável. Indica que na área de Portugal inteiro, onde o pinheiro mais cresce, é a de Vila Real e Murça. Lembra que conheceu Alijó, uma vila pequenina, sem avenidas, sem tribunal nem piscinas, hoje tudo está diferente, fruto do trabalho de todos os que passaram pelo Executivo da Câmara Municipal de Alijó. Quando fala sobre o enraizamento da criança ao seu local de origem, refere-se também ao amor pela sua terra, pela paisagem, pela vinha e que faça dali uma profissão/emprego. Lembra que Marcelo Caetano não politicamente mas juridicamente, dizia que “o Município está para a Democracia, como a família está para a nação”. Pede reflexão na questão do aeródromo e da paisagem, a qual de deve manter, para mater igualmente o turismo. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Refere que se o Sr. Deputado, apenas fez a observação sobre os Delegados, significa que concorda com a restante intervenção. Lembra ao Sr. Deputado Joaquim Grácio de que os Delegados, são durante todo o acto eleitoral, a entidade fiscalizadora, podendo e devendo evitar que se cometam irregularidades ou ilegalidades, tendo sido esse o espírito de colaboração e responsabilidade com que entreviu, não tendo sido com a carga de autoridade e poder que o Sr. Deputado compreendeu. Lembra que a uma dada altura, o delegado do Partido Social Democrata queria fechar a porta, o que considera irresponsabilidade, conduzindo a desconfianças. Na qualidade de Presidente de Junta e Delegado, quis prevenir uma situação que poderia ser desagradável. Lembra que o Sr. Deputado António Lousa lhe deu razão quando no referido acto, lhe transmitiu que ao não concordar com a situação, teria que fazer uma reclamação, a qual iria junto com o processo das eleições. O bom senso imperou e o Sr. Deputado deu razão ao Sr. Presidente de Junta, ao não reclamar. Relativamente ao aeródromo da Chã, numa conversa telefónica com o Sr. Tenente-Coronel de Lisboa, neste dia, este transmitiu-lhe que pecam pelo tardio porque uma vez construída a pista de 1400m, os voos de 50 lugares que agora estão a aterrar no Porto, alugando posteriormente outros aviões e helicópteros para os trazer ao Douro, porque o aeródromo de Vila Real também não tem capacidade para tal. Logo, há empresas como a AENOR que estão desejosas que esta pista do aeródromo ofereça condições, para deixarem de aterrar em Vila Real, passando para a Chã. Informa ainda que os aviões que aterram em Vila Real, têm que mudar frequentemente de pneus, dado o estrangulamento da pista, sendo perceptível que essas

empresas logo que tenham possibilidades, aterrarão na Chã. Lembra que o Sr. Eng. Reis Borges, aquando de uma visita ao local, ficou admirado com as condições do aeródromo da Chã. Refere que o IC5 vai trazer 600 postos de trabalho para a região e se com o aeródromo conseguirem um número idêntico de postos de trabalho, será uma forma de combater a desertificação. Indica que o povo quer que o Sr. Presidente da Câmara tenha a mesma forma, a mesma garra, a mesma determinação que teve para a Pousada da Juventude, para o Campo de Futebol, para a ajuda à Santa Casa da Misericórdia para a Unidade de Cuidados Continuados assim como para o Centro de Saúde. Reconhece todos estes atributos ao Sr. Presidente da Câmara, tendo a certeza que não vai fraquejar, pedindo ainda que continue com a mesma determinação. Conclui a sua intervenção, agradecendo particularmente ao Sr. Deputado Jaime Cardoso pelo respeito e admiração que tem pelos Presidentes de Junta, sendo de facto as pessoas que mais trabalham, que mais mal pagas são, que mais ingratidões sofrem, mas também são os que com menos dinheiro conseguem fazer mais obra, conseguem ir mais de encontro às necessidades das pessoas e são em primeira instância em quem, no âmbito da política, as pessoas, o cidadão comum mais se revê. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Pretende na sua intervenção agradecer as palavras elogiosas do Sr. Deputado Jaime Cardoso, sendo gratificante ouvir alguém com a sua categoria e a sua idoneidade, reconhecer o trabalho dos Srs. Presidentes de Junta, sentindo-se ainda renovada para a próxima campanha eleitoral. No entanto não concorda com o mesmo quando afirma que podem haver Presidentes de Junta que não fazem a distribuição harmoniosa pelas diferentes localidades; um Presidente de Junta tem que tratar todos da mesma maneira, porque se assim não proceder, esse mesmo Presidente não tem futuro e não é isso que verifica com a maior parte dos Srs. Presidentes de Junta do Concelho de Alijó, em que a maior parte, são uns “autênticos dinossauros”, significando que têm sabido distribuir e que as pessoas estão contentes, porque os eleitores não perdoam. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Inicia a sua intervenção, focando o desenvolvimento integrado do Concelho, a ZIF e a floresta, é o desenvolvimento da zona norte como reparou com a zona integrada; a zona norte já perdeu um valor acrescentado, a cortiça, que constituía uma receita acentuada. Congratula-se com todas as palavras do Sr. Presidente da Câmara sobre o

desenvolvimento integrado da floresta, mas esteve na reunião onde o Sr. Presidente também esteve presente, na qual se tratou da exclusão da Freguesia da Ribalonga da ZIF para que esta pudesse andar; no plano inicial da ZIF, fazia parte toda a zona norte do Concelho de Alijó, não percebendo porque se reduziu a Vila Chã, Vilar de Maçada e Comissão de Baldios de Francelos. Questiona se Pegarinhos, Carlão, Vila Verde ou o Póculo não têm mata. Termina a sua intervenção afirmando que o voto não é supérfluo, no entanto este vem do tempo em que era bandeira da esquerda, dizer que o voto era a arma do povo. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra à Sra. Vereadora Cristina Felgueiras, após a ter solicitado: -----

-----**VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** Pretende repor a verdade relativamente ao que aconteceu em Reunião de Câmara. Foi noticiada nos meios da comunicação social, não pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, nem pelo Partido Social Democrata a existência do protocolo entre o Município e a Mota – Engil relativamente à cedência de terrenos. Indica que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, em Reunião de Câmara, pediram o dito protocolo, no entanto o mesmo não lhes foi presente, sendo nessa altura que os mesmos puderam legitimamente concluir que não existia. Indica ainda que a posição dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata não é de todo contra o projecto, lembrando que o projecto aeródromo é do Partido Social Democrata e não do Partido Socialista. Os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata combatem é que o projecto, para o Partido Socialista, ganha nova cor e mais ânimo em ano eleitoral, tendo passado já dezasseis anos; os mesmos consideram este projecto vital para a economia do Concelho, considerando-o um “filho” e o Partido Socialista nunca soube “abraçar” este projecto de forma correcta. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que a questão dos “dezasseis anos” não corresponde inteiramente à verdade, na medida em que o aeródromo, durante os oito anos do seu Mandato nunca foi para si uma prioridade. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia a sua intervenção indicando que a Sra. Vereadora não entendeu o que tinha transmitido e dirige-se ao Sr. Deputado Joaquim Grácio, dizendo que em

momento algum faltou ao respeito ao Sr. Deputado a algum Vereador do Partido Social Democrata, apenas terá dito que estava cansado de cada vez que o Partido Socialista, actualmente na gestão do Executivo Municipal de Alijó, dá um passo positivo e em frente, na direcção de um projecto fundamental para o Concelho, surgirem na comunicação social, tentativas que objectivamente colocam em causa a bondade desse projecto. Por vezes, pelas intervenções de alguns Srs. Deputados e Vereadores presentes, pensa que as coisas só valem se forem apresentadas pelo seu partido. Indica ainda que o que pretendeu dizer foi que este actual Executivo, não distingue os projectos em função da sua cor; a avaliação dos projectos não depende de quem deu o primeiro pontapé de saída, para o Executivo, os projectos, ou são válidos ou não são válidos, independentemente de quem teve a primeira ideia de os pôr em marcha; ter ideias e tentar concretiza-las, é o objectivo, a necessidade e obrigação de quem é eleito para estas funções, mas tão ou mais importante do que ter ideias, é fazer o caminho para as concretizar. Indica que assim como tiveram um projecto que demorou nove anos a concretizar-se, têm agora um outro que demorou vinte ou trinta, o IC5 e a auto-estrada transmontana, entre outros, que só agora estão a ser concretizados. Indica ainda que o povo não se preocupa com quem teve a primeira ideia ou deu o primeiro passo relativamente aos projectos; o povo quer que os projectos necessários ao seu desenvolvimento sejam concretizados. Refere que provavelmente houve alguma falha na comunicação porque quem disse que o IC5 ia criar seiscentos postos de trabalho e setenta milhões de euros de investimento, durante os próximos três anos, para o Concelho, foi o Eng. Rui Guimarães da AENOR, responsável pela empresa Mota – Engil consórcio que está a fazer a obra. Foi também o mesmo Eng.º que referiu à comunicação social, que na sequência desse estaleiro, havia um protocolo que estava a ser elaborado entre eles próprios e a Câmara, para a compensar pela cedência dos terrenos que iria ser utilizado na pista de 1400m. Lembra que na semana seguinte, em Reunião de Câmara, os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata pediram por escrito dois protocolos: o protocolo celebrado com a Rádio Juventude Salesiana e o Protocolo com a Mota – Engil, tendo informado os Srs. Vereadores que poderia responder nessa mesma Reunião, no entanto estes optaram pela resposta por escrito. Assim, o Sr. Presidente de Câmara informou-os ainda que a respectiva resposta lhes seria entregue na Reunião de Câmara seguinte; entre a Reunião de Câmara

em que pediram o protocolo e a reunião de Câmara seguinte, os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, particularmente quem os lidera, colocou na comunicação social uma série de notícias e o Sr. Presidente da Câmara teve o bom senso, calma, serenidade e sentido de estado de não comentar. Nessas notícias disseram que não havia qualquer protocolo, que tudo aquilo que o Sr. Presidente de Câmara tinha dito, era mentira, etc numa tentativa repetida variadas vezes relativamente a outras situações, de tentar descredibilizar a figura do Presidente da Câmara, não percebendo que ao fazê-lo, não estão a descredibilizar o Presidente da Câmara, porque perante o povo de Alijó, é conhecido há muitos anos e não é com notícias repetidas nos jornais, que uma mentira se transforma numa verdade. Na sequência de situação a que resistiu comentar, na Reunião de Câmara seguinte, foram entregues os dois protocolos que haviam sido solicitados. Como já referiu conseguiram também que a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte aprovasse por unanimidade o Plano Director Municipal para o aeródromo. Questiona se tudo isto é pouco, uma vez que os Srs. Deputados sabem que para rever um Plano Director Municipal, são necessários dez anos e tudo isto foi executado num curto espaço de tempo; ao contrário do que a Sra. Vereadora disse, não é pouco e tem exigido um enorme esforço. Não o fazem por ser em época pré-eleitoral porque o tem feito desde o primeiro dia em que é Presidente de Câmara e desde o primeiro dia em que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, lhe transmitiu num domingo que estavam terrenos do aeródromo para serem vendidos em hasta pública, na altura da Ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite, tendo ido a Lisboa para resolver esta situação. Indica que perante as dificuldades há duas formas: “assobiar para o ar e não as enfrentar ou enfrentá-las e fazerem tudo para as ultrapassar”. Lembra que tem afirmado várias vezes, relativamente a este aspecto, que será isso que continuará a fazer e o que lamentada é verificar que a actual oposição do Partido Social Democrata, por motivação político-partidária, não consegue ter o sentido de Estado que teve o Partido Social Democrata no primeiro Mandato a propósito da Pousada da Juventude. Gostaria de ver, poder e oposição, unidos em defesa deste projecto e que mesmo quando surgisse algum problema ou alguma dificuldade, a oposição em vez de procurar aproveitar essa dificuldade, procurasse trabalhar conjuntamente com o Executivo, para a ultrapassar. Indica que é essa diferença de atitude que se tem registado. São os factos que o comprovam; o anterior Executivo do mesmo

Partido, reagiu de uma forma, o actual, reagiu de outra; os Vereadores não permanentes, quando surgiu o problema da Pousada da Juventude, colocaram-se ao lado do Executivo do Partido Socialista, para defender esse projecto que era fundamental para o Concelho; os actuais Vereadores, num projecto com o mesmo grau de importância ou maior ainda, de importante verdadeiramente estratégica, sempre que falam neste projecto, procuram transmitir para a opinião pública, exactamente aquilo que a Sra. Vereadora disse sempre, “que se aproximam eleições, falam no aeródromo”. Refere que não utilizam o aeródromo para fazer campanha eleitoral e se não quisesse correr riscos, do ponto de vista político, não falava do aeródromo há muito tempo, mas o seu objectivo, não é evitar correr riscos, mas sim fazer o seu trabalho para que as coisas sejam concretizadas. Não é verdade o que procuram transmitir, que procuram fazer disto uma bandeira política. Indica que é uma bandeira política mas em termos de defesa estratégica do Concelho e isto devia unir o Partido Socialista e o Partido Social Democrata e não dividir. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Lousa, relativamente à ZIF, zona norte e questão da Ribalonga, este é mais um exemplo, de como pegando nas questões ao contrário, pode-se transformar a verdade em mentira e a mentira em verdade, não estando a afirmar que o Sr. Deputado está a mentir ou que é mentiroso, mas da forma como pegam na questão assim é feita a sua avaliação; esclarece que provavelmente o Sr. Deputado pensa desta forma, porque só assistiu à última reunião, se acompanhasse o processo desde início, certamente a sua interpretação, não era garantidamente igual àquela que fez e que os factos verdadeiros contrariam, tal como pode testemunhar de forma abonatória o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribalonga. Esclarece que foram feitas várias reuniões do núcleo fundador, não apenas com a Ribalonga, mas também com outras Freguesias, inclusivamente até com a Freguesia de Alijó, assim como Pegarinhos, Santa Eugénia, Vila Verde, entre outras, no entanto quem assessorou o núcleo fundador nesta matéria, a Associação “Aflodouronorte”, nessas diferentes reuniões sempre informou que, tendo em conta a carga burocrática para avançarem com o processo, havia um mínimo necessário para iniciar e depois qualquer outra área, que se quisesse associar, podia em qualquer altura fazê-lo; tendo o Presidente da Câmara, desde a primeira hora, manifestado desejo de que toda a zona florestal, viesse a ser integrada logo na primeira etapa, mas ao longo do processo perceberam que tal não

seria possível, tendo sido aconselhados pelos técnicos, a constituir o núcleo fundador, ficando a “porta aberta” para novas entradas nessa mesma ZIF. É do conhecimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribalonga, não foi nem o núcleo fundador nem a Câmara Municipal que afastou a Junta de Freguesia da Ribalonga, tendo ainda sido feitas várias reuniões, para que também fosse possível associar outras Freguesias. Indica que andam há um ano a tentar convencer as pessoas de que este era o caminho, tendo optado por avançar com os que queriam, em vez de esperar por aqueles que não sabiam se algum dia iriam aderir. Frisa que não excluíram ninguém, os outras não quiseram ou não puderam, aderir nesta fase, ao processo. Reafirma que o processo é aberto, mantém-se aberto a qualquer zona que queira aderir e farão as reuniões necessárias para que possam juntar-se ao núcleo fundador, assim como a Câmara fará as *démarches* que entender necessárias, junto de quem de direito para constituir até outro núcleo fundador. Relativamente à cortiça e outros aproveitamentos da floresta, indica que quando falou em aproveitar a floresta como recurso de forma integrada, englobava a cortiça, a caça, a pesca, dos recursos florestais associados como por exemplo os cogumelos, assim como todos os produtos que directa ou indirectamente, estão associados a uma gestão racional da floresta. Indica também que com a ZIF é possível, amanhã, a floresta voltar aos tempos áureos, em que havia cortiça, cogumelos, resina, caça, pesca, em que produzia um conjunto variado de produtos, que inclusive também são geradores de emprego. Refere que quando a ZIF começar a trabalhar, os que não quiseram, não puderam ou não souberam aderir, verão que a única solução é esta, assim como aqueles que não quisera, não puderam ou não souberam fazer a fusão das adegas ao nível da vitivinicultura, vão perceber amanhã, que não lhes resta outro caminho. Caso contrário, poderá acontecer com as que ainda subsistem, o que aconteceu com a adega de Sanfins. Refere ainda que são estas as mensagens, com total seriedade e profunda preocupação, que procuram transmitir, sem qualquer espécie de outra preocupação que não seja, falar verdade e dizer a todos os Srs. Deputados como correm os processos; frisa que não são infalíveis, cometem muitos erros, pois só quem não decide é que não os comete. Indica que tal como a intervenção de alguns Srs. Deputados, os Srs. Presidentes de Junta merecem todos os aplausos, por tudo e mais alguma coisa, sendo os que primeiro recebem as populações, nas suas naturais queixas para quererem mais e melhor para as suas Freguesias, sendo muitas os vezes os

primeiro a serem incompreendidos. Indica ainda que não há nenhum Executivo Municipal que tenha sucesso, sem ter uma boa relação pessoal, institucional e de trabalho com os Srs. Presidentes de Junta; a primeira razão de sucesso do Executivo, na defesa dos interesses do Concelho, começa no sucesso de todos e cada uma dos Srs. Presidentes de Junta. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Pedido de Aprovação da 7.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2009 (que se traduz na 3.ª Revisão ao Orçamento da Receita)*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara fim de apresentar o mesmo:-----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que esta é mais uma situação, que tal como é do conhecimento de todos presentes, defende como sendo a solução adequada para resolver problemas de tesouraria de curto prazo da Autarquia e para injectarem na economia local e nacional, dinheiro suficiente para pôr as contas em dia e ao mesmo tempo para contribuir para activar a economia em tempos de crise. Foi presente um estudo, mandado elaborar pela Autarquia, onde transmitiram com total verdade, aquilo que na altura eram os encargos assumidos, facturados e não pagos pela Autarquia, que rondavam os dez milhões de euros. Relembra ainda que é para pagar encargos assumidos, facturados e ainda não pagos, ou seja, é para pagar obra já realizada. Lembra ainda que nessa altura foi também discutido se esta seria a medida certa e adequada para resolver o problema; sempre defenderam com profunda convicção que este era o caminho certo e o Tribunal de Contas acabou por dar razão, ao aprovar quase em tempo recorde esta estratégia, que está presente nesta sessão uma vez mais, única e exclusivamente para poder ser dado o último passo no sentido da concretização da mesma, para poderem, depois desta Assembleia Municipal, disponibilizarem dez milhões de euros aos fornecedores e empreiteiros para pagar dívida já assumida, facturada, já realizada e ainda não paga. Este é o último passo do processo, apelando a todos os Srs. Deputados, no sentido de darem um sinal de confiança a quem tão rapidamente confiou no Executivo, aprovando por esmagadora maioria, se possível por unanimidade nesta Assembleia, sendo aprovada a possibilidade de fazerem o contrato que vai concretizar este recebimento da verba de dez milhões de euros. Indica que é igualmente importante perceberem que na própria assinatura do contrato de saneamento financeiro há três obrigações: a primeira, só podem utilizar esse dinheiro para pagar a

dívida assumida, facturada e ainda não paga, tendo sido enviada para o Tribunal de Contas para verificar se os processos estavam todos correctos; a segunda questão importante para todos, relativamente a esta matéria, consiste em que o Tribunal de Contas vai fiscalizar e a Assembleia Municipal também, o cumprimento desta prerrogativa legal e jurídica, semestralmente, na Assembleia Municipal. Irá ser apresentado um relatório, onde referirá o montante que foi disponibilizado, os encargos facturados, assumidos e ainda não pagos, que estão contemplados para serem concretizados; terceira questão prende-se com o facto de este dinheiro transformar dívida de curto prazo, em médio e longo prazo, vai permitir os compromissos que tinham com os fornecedores e vai ser fiscalizada por todos os Srs. Deputados, havendo a obrigação de absoluto rigor no cumprimento da mesma. A Câmara vai poder pôr em dia e a zero, os encargos assumidos, facturados e não pagos, com três anos de carência, transformando dívida de curto prazo, em dívida de médio e longo prazo; ao ser aprovado, a Câmara de Alijó vai ter mais competitividade para resolver os seus problemas, nomeadamente nas candidaturas a fundos comunitários. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que pelo que percebeu da intervenção do Sr. Presidente, é apenas um aspecto formal, de orçamentar os dez milhões de euros, para fazer alteração orçamental. -----

-----**DEPUTADO FILOMENA NOGUEIRA:** Dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o Executivo por terem conseguido o empréstimo, o qual vai de alguma forma “lavar a face” do Município de Alijó, uma vez que vai activar a economia em tempo de crise; irá pagar encargos, já assumido e já facturados, sendo uma “golfada de ar fresco” para o bom funcionamento da Câmara, porque deixará de ter uma dívida tão antiga, passando a poder fazer novos projectos, dado que a dívida da Câmara ficará praticamente a zero, renovando a economia do Concelho e de outros Concelhos, onde os empreiteiros tenham a sua residência. Assim será bom para todos, tanto para o Concelho como para a Câmara Municipal que vai ficar com “melhor nome” e melhor disponibilidade financeira para outros projectos. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Quanto à ”7.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2009, (que se traduz na 3.^a Revisão ao Orçamento da Receita)”, felicita o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Artur Cascarejo, por ter tido a visão e a determinação de contrair o empréstimo para saneamento financeiro. Indica que tal como é do conhecimento de todos os presentes, este saneamento financeiro foi alvo/motivo de duras críticas ou até mesmo de insinuações, tal como: “o Tribunal nunca vai aprovar esse empréstimo, porque a Câmara está demasiado endividada”, no entanto, foi o próprio Tribunal de Contas que deu razão à Câmara e a desmentir algumas afirmações menos bem-intencionadas; este foi uma boa aposta do Sr. Presidente da Câmara e em nome da Bancada do Partido Socialista vota a favor deste passo para o desenvolvimento do Concelho e de muitas famílias. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Reforça que o que vem à presente Assembleia é fundamentalmente por dois motivos: primeiro porque quando elaboraram o Plano de Actividades e Orçamento não previam esta situação nem sabiam que iam ter a possibilidade de receber os dez milhões de euros, através de um processo de saneamento financeiro; só depois de aprovado em Assembleia Municipal é que o processo vai para a Caixa e face às facturas que enviam para o Tribunal de Contas, a Caixa, começa a libertar as verbas para poderem liquidar os encargos; o segundo é que a Assembleia vai fiscalizar o cumprimento rigoroso deste plano de Saneamento Financeiro. È feita a alteração orçamental, para poderem encaixar os dez milhões de euros e semestralmente têm que apresentar um relatório do que fizeram com esse dinheiro. Indica que tal como já tentaram fazer crer, não há qualquer tipo de possibilidade destes recursos financeiros, serem utilizados para fazer obra nova, porque são para pagar obra já feita, podendo libertar a Autarquia em termos de finanças para outros compromissos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Pedido de Aprovação da 7.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2009 (que se traduz na 3.^a Revisão ao Orçamento da Receita)*”, sendo aprovado por maioria com 29 votos a favor e 05 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou
a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----